

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

PLANO DE ENSINO

I- IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Nome: **Sociologia dos Tribunais**

Professora: **Dra. Cecilia Caballero Lois e Dra. Fernanda Andrade Almeida**

Horário: **Terça-feira, das 14.30 às 17.30h**

Período letivo: **2017.2**

II – EMENTA

Grupos subalternos em espaços de poder. Diversificação e democratização do Poder Judiciário. Gênero, espaço público e espaço privado. A "feminização" do Poder Judiciário. Gênero e decisão judicial.

III - OBJETIVOS:

1. Objetivo geral:

A disciplina tem por objetivo debater a centralidade da representação e da inclusão de grupos subalternos nos espaços de poder. Para tanto, busca discutir propostas que assumam a importância da diversidade e da democratização do Poder Judiciário, em especial, a partir da categoria de gênero e da "feminização" da justiça.

2. Objetivos específicos:

- a) Analisar como a crescente diversificação no âmbito do Poder Judiciário tem se combinado com um *ethos* fortemente arraigado em noções como neutralidade e imparcialidade;
- b) Compreender a importância da diversidade, em especial, uma maior presença de mulheres nos Tribunais;
- c) Apresentar as metodologias e resultados de pesquisas que analisam a influência do gênero do magistrado na administração da Justiça e, mais especificamente, na decisão judicial;
- d) Debater as propostas de diversificação e democratização do Poder Judiciário, incluindo políticas afirmativas nesse sentido.

IV- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Apresentação da disciplina ¹

Unidade I

Gênero, espaço público e espaço privado

Unidade II

Grupos subalternos em espaços de poder (I)

Unidade III

Grupos subalternos em espaços de poder (II)

Unidade IV

A "feminização" do Poder Judiciário (I)

Unidade V

A "feminização" do Poder Judiciário (II)

¹ **Atenção: a primeira aula da disciplina será no dia 08 de agosto. No dia 1º de agosto não haverá aula.**

Unidade VI

Mulheres no Poder Judiciário: possibilidades e impedimentos

Unidade VII

Gênero e decisão judicial (I)

Unidade VIII

Gênero e decisão judicial (II)

Unidade IX

Diversificação e democratização do Poder Judiciário: as mulheres nos Tribunais (I)

Unidade X

Diversificação e democratização do Poder Judiciário: as mulheres nos Tribunais (II)

Unidade XI

Neutralidade e imparcialidade no exercício jurisdicional (I)

Unidade XII

Neutralidade e imparcialidade no exercício jurisdicional (I)

Encerramento da disciplina

V- METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através da apresentação dos conteúdos pelas professoras e alunas (os) expositores, mediante prévia leitura dos textos indicados para cada unidade programática.

VI- AVALIAÇÃO

I - A avaliação deverá ser efetuada mediante os seguintes itens:

1. Participação nos debates e discussões em sala de aula;
2. Apresentação da relatoria;
3. Paper individual.

II - O sistema de notas e conceitos bem como os critérios de aprovação serão os previstos na legislação federal de ensino superior e nas normas específicas da UFRJ;

III – Segundo a legislação educacional o aluno deverá ter 75% de frequência. O não cumprimento desta legislação implica na reprovação do aluno, independentemente do resultado das avaliações.

VII – CRONOGRAMA

O cronograma da disciplina deverá seguir o calendário estipulado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como a carga horária estipulada para o cumprimento da disciplina.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BARBALHO, Rennê Martins. **A feminização das carreiras jurídicas: construções identitárias de advogadas e juízas no âmbito do profissionalismo**. São Carlos: UFSCar, 2008. (Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos)

BONELLI, Maria da Glória. **Profissionalismo e diferença de gênero na Magistratura paulista**. Civitas, v. 10, n. 2, p. 270-292, mai/ago. 2010.

BOYD, Christina. She'll Settle It? **Journal of Law and Courts**, Vol. 1, No. 2, p. 193-219, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Censo do Poder Judiciário**: VIDE: Vetores Iniciais e Dados Estatísticos. Brasília: CNJ, 2014.

COOK, B. B. Women Judges: A Preface to Their History. **Golden Gate University Law Review**, v. 14, p. 573-610, 1984.

FRASER, N. Reconhecimento sem ética? São Paulo: **Lua Nova**, 70, 2007.

GASTRON, A. L. Género y argumentos de género en el Poder Judicial: Lo que muestran las sentencias judiciales en la Argentina. **Revista Científica de UCES**, v. XIII, n.2, 2009.

JOHNSON, Susan W.; SONGER, Donald R.; JILANI, Nadia A.; Judge gender, critical mass, and decision making in the Appellate Courts of Canada. **Journal of Women, Politics and Policy**. Vol. 32, 3, p. 237-260, 2011.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. Mulheres advogadas: espaços ocupados. In: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina (Orgs.). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: Editora 34 e Fundação Carlos Chagas, 2001, p. 187-216.

KENNEDY, Duncan. La educación legal como preparación para la jerarquía. In: COURTIS, Christian (Comp.). **Desde otra mirada**. Buenos Aires: Eudeba, 2000

KOHEN, Beatriz. Family Judges in the city of Buenos Aires: a view from within. **International Journal of the Legal Profession**, Vol. 15, No. 1-2, p. 111-122, 2008.

KOHEN, Beatriz. Más mujeres a la justicia: los argumentos más frecuentes. *Academia. Revista Sobre Enseñanza Del Derecho De Buenos Aires*, Año 3, Número 6, p. 331-337, Primavera 2005.

MARTIN, Elaine; PYLE, Barry. Gender, Race and Partisanship on the Michigan Supreme Court. *Albany Law Review*, p. 1-25, jun. 2000.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 16 (2), p. 305-332, mai/ago. 2008.

PHILLIPS, A. Da desigualdade à diferença: um caso grave de deslocamento? *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 2. Brasília, p. 223-240, jul./dez. 2009.

SACCHET, T. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. *Revista de Estudos Feministas*, v.20, n.2, p. 399-431, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a04.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

SANTOS, Marina França. A importância da diversidade de gênero nos tribunais superiores brasileiros: imparcialidade forte no Poder Judiciário a partir da *standpoint theory*. Rio de Janeiro, 2016. 266p. Tese de Doutorado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SEVERI, Fabiana Cristina. O gênero da justiça e a problemática da efetivação dos direitos humanos das mulheres. *Direito & Práxis*. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 13, p. 81-115, 2016.

WILSON, Bertha. Will women judges really make a difference? *Family and Conciliation Courts Review*, Vol. 30, Nº 1, p. 13-25, January 1992.

YOUNG, Iris Marion. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In: SOUZA, Jessé (org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: UNB, 2001.

YOUNG, Iris Marion. *Representação Política, Identidade e Minorias*. Lua Nova, São Paulo, v. 67, p.1-53, 2006.